

Economista faz alerta

Rio — Quando se fala em regulamentar a conversão da dívida externa em capital de risco, todo cuidado é pouco. Isso porque ela poderá trazer muitos mais problemas do que benefícios. Se as novas regras incluírem, por exemplo, a cessação de crédito (permissão de negociação da dívida por terceiros), ela poderá inibir o ingresso de novos recursos estrangeiros diretos. É fácil entender por que: parece muito mais atraente comprar créditos com desconto, na medida em que essa estratégia oferece ao investidor um custo mais baixo, do que investir diretamente no País.

Este foi um dos possíveis efeitos negativos apontados no trabalho de um dos membros do conselho da Confederação Nacional da Indústria, CNI, Paulo Nogueira Batista Júnior. Ele é autor da versão preliminar que serve de base para o trabalho final, elaborado por um grupo da CNI, sobre a conversão da dívida, e que será encaminhado ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Coincidência ou não, entre 1983-84, período em que a cessão de crédito foi permitida no País, os investimentos diretos caíram de US\$ 1 bilhão em 1982 para US\$ 452 milhões

em 1983 e US\$ 362 milhões em 84, segundo relatório do Banco Central.

Nessa versão preliminar do trabalho, Batista Júnior, que também é diretor do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, enumera efeitos negativos e positivos da conversão. Entre os positivos, está a diminuição da vulnerabilidade brasileira aos aumentos dos juros internacionais, além das vantagens do investimentos estrangeiro no País.

Mas os perigos são muitos, caso algumas normas não sejam bem definidas. Um deles diz respeito à possibilidade de evasão de divisas, através da repatriação de capital e da remessa de lucros e dividendos. "Dependendo do efeito sobre a entrada de investimentos novos e da velocidade em que ocorresse a repatriação e a remessa de lucros, diz o trabalho, a conversão poderia aumentar o déficit na conta de serviços e reduzir o ingresso líquido de capital". Em outras palavras, a situação do balanço de pagamentos pioraria em vez de melhorar e isso afetaria a relação dos credores com o Brasil.